

ESCUTA TELEFÔNICA

Acusados de participar da instalação de grampo na casa de procuradora do MPC, policiais podem ser demitidos e condenados a até quatro anos de prisão

Polícia Civil afasta agentes

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

A direção-geral da Polícia Civil do Distrito Federal afastou dois agentes acusados de participar da instalação do grampo telefônico na casa da procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Cláudia Fernanda de Oliveira. Durante meses, entre 2005 e 2006, ela foi vítima de escuta clandestina. Na época, o crime de interceptação ilegal de comunicação telefônica foi investigado pela corporação, que chegou a prender os dois agentes envolvidos, Horácio Ferreira Rego e Edson Alves Crispim, além de duas pessoas que prestavam serviço a uma empresa de telefonia.

Os dois policiais foram denunciados pelo Ministério Público do Distrito Federal e respondem a processo que tramita na 4ª Vara Criminal do Distrito Federal. Há duas semanas, o caso virou alvo de investigação da CPI das Escutas Telefônicas, na Câmara dos Deputados. Na semana passada, Cláudia Fernanda prestou depoimento e contou que várias de suas conversas particulares foram gravadas num CD, distribuído a deputados distritais e conselheiros do Tribunal de Contas do DF (TCDF). Parte do conteúdo verdadeiro foi misturado a gravações de diálogos falsos, com o intuito de denegrir a imagem da procuradora.

O afastamento preventivo dos policiais ocorreu dois dias antes do depoimento de Cláudia Fernanda na CPI. Os dois agentes respondem a processo administrativo disciplinar, que pode resultar na demissão da Polícia Civil e também podem ser conde-

nados a até quatro anos de prisão. Enquanto isso, eles continuam a receber salário. Até hoje os mentores do grampo não foram apontados. Ao contar o episódio na CPI, a procuradora afirmou acreditar que todos os promotores e procuradores que participaram de uma força-tarefa encarregada de apurar irregularidades em contratos do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) foram grampeados.

Depoimentos

Nos depoimentos, os policiais se recusaram a revelar por que gravaram as conversas de Cláudia Fernanda e a quem interessava desmoralizá-la. O presidente da CPI, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), afirmou que vai requisitar informações da Polícia Federal (PF) para saber em que situação se encontra o inquérito aberto para apurar o episódio. A CPI foi aberta para apurar suspeita de que os telefones dos gabinetes de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram monitorados por escutas ilegais.

No caso de Cláudia Fernanda, o inquérito policial mostrou como é possível e fácil grampear o telefone de uma pessoa. Depoimentos que constam da investigação indicam que por R\$ 2,5 mil foi possível contratar um especialista em telecomunicações para instalar um gravador no armário de distribuição dos cabos eletrônicos nas proximidades do prédio da procuradora, no Sudoeste. Na investigação, a polícia suspeitou que um conselheiro do TCDF ouviu os CDs gravados com as conversas de Cláudia Fernanda e distribuiu o material a colegas. O caso está sob investigação no Superior Tribunal de Justiça (STJ).



A PROCURADORA CLÁUDIA FERNANDA, AO LADO DE NELSON PELEGRINO, RELATOU O CASO NA CPI DAS ESCUTAS TELEFÔNICAS